



Ilustríssimo(a) Pregoeiro(a) Oficial da **Prefeitura Municipal de Itarana – Estado do Espírito Santo**

Referência: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2025**

Processo Licitatório Nº 2025.036E0700001.01.0012

MARCOPOLO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ Nº 88.611.835/0018-77**, com sede na Rua Irmão Gildo Schiavo, nº 110, Pavilhão 03, Bairro São Cristóvão, Caxias do Sul/RS, local onde recebe notificações e intimações, doravante denominada **IMPUGNANTE**, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Senhoria, Autoridade Competente, com fundamento na legislação aplicável, especialmente na **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições específicas constantes do Edital da Licitação em epígrafe, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL

em razão de vícios e impropriedades que comprometem os princípios da legalidade, isonomia, competitividade e eficiência que devem nortear a contratação pública, conforme se demonstrará a seguir, por meio dos fundamentos fáticos e jurídicos pertinentes.

I – DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS DO DIREITO

1.1 – O julgamento da presente **Impugnação Administrativa** compete, neste momento, a esta Douta Comissão de Pregão, perante a qual a **IMPUGNANTE** deposita plena confiança quanto à observância dos princípios da **lisura, isonomia e imparcialidade**, que devem nortear a condução do processo licitatório. A expectativa é de que a análise seja feita com a devida atenção e responsabilidade, de modo a evitar a necessidade de provocação do Poder Judiciário para a tutela do **direito líquido e certo** que será demonstrado ao longo desta manifestação.

1.2 – Contudo, da forma como foi elaborado o **Edital de Licitação**, especialmente no que tange ao conteúdo técnico do **Termo de Referência**, verifica-se a ocorrência de **equivocos materiais** por parte da Administração, os quais, caso mantidos, comprometerão irremediavelmente a validade e a efetividade do certame, conduzindo-o possivelmente ao **fracasso**. Em razão disso, mostra-se **imprescindível a imediata suspensão do procedimento**, a fim de viabilizar as adequações necessárias e evitar prejuízos à Administração e aos licitantes.

1.3 – Ressalte-se que a **IMPUGNANTE** **exerce, de forma legítima, o seu direito constitucional e legal de apresentar Impugnação Administrativa** ao Edital, com base na legislação vigente, notadamente por identificar afronta a princípios estruturantes da contratação pública, como os da **legalidade, isonomia, impessoalidade, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência**.

1.4– Do direito a Impugnação Administrativa

Edital de Licitação

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Lei Nº 14.133/2021

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

1.5- Diante o exposto comprovamos fundamentação jurídica para o pleito da **IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA**, e a tempestividade para a devida petição.

II - DA IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA – FATOS E FUNDAMENTOS

2.1- Trata-se do edital de pregão eletrônico, sob critério de “menor preço”, visando aquisição de aquisição de 01 (um) ônibus rodoviário intermunicipal para atendimento as demandas de transporte de alunos e profissionais da Educação, conforme condições, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo I deste Edital.

Lei Nº 14.133/2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2.2 – O Termo de Referência apresenta exigências técnicas que, da forma como foram redigidas, restringem indevidamente a competitividade e comprometem a isonomia entre os licitantes, afrontando princípios fundamentais da contratação pública. A seguir, destaca-se uma das inconsistências identificadas.

2.3 – O Edital estabelece, de forma expressa, a seguinte exigência técnica:

poltronas rodoviárias reclináveis com largura mínima de 1.060mm

2.4 - A exigência da largura mínima de **1.060 mm** das poltronas constitui restrição indevida ao caráter competitivo da licitação, em afronta ao 5º da Lei nº 14.133/2021, pois:

- A largura especificada excede a medida adotada como padrão técnico usualmente praticado por fabricantes nacionais, sem comprovação de justificativa técnica específica que demonstre a necessidade imprescindível dessa dimensão.
- Tal restrição inviabiliza a participação de empresas que fabricam poltronas dentro das normas técnicas vigentes, inclusive considerando:
 - Dimensões externas do veículo;
 - Peso Bruto Total (PBT);
 - Largura da carroceria;
 - Largura do corredor, a fim de assegurar o trânsito seguro de passageiros, conforme disposições da Resolução CONTRAN nº 14/1998 e do Regulamento do Código de Trânsito Brasileiro (CTB).
- A manutenção dessa exigência poderá caracterizar direcionamento indireto, violando os princípios da isonomia, da legalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

2.5 - Cumpre destacar que, nos termos da **ABNT NBR 15570— Transporte Rodoviário de Passageiros**, estabelece-se que a largura das poltronas **pode ter no mínimo 800 mm**, conforme configuração e categoria do veículo, desde que respeitadas as condições de segurança e ergonomia.

2.6 - Dimensões mínimas das poltronas (ABNT NBR 15570):

- **Altura do encosto:** Mínimo de 65 cm para encosto alto em ônibus urbanos.
- **Profundidade do assento:** Varia entre 38 e 43 cm.
- **Largura do assento simples:** Mínimo de 40 cm para ônibus com peso bruto total de até 10 toneladas.
- **Largura do assento duplo:** Mínimo de 80 cm para ônibus com peso bruto total de até 10 toneladas.
- **Profundidade do assento (Convencional):** 42 cm.
- **Largura do assento (Convencional):** 43 cm.
- **Altura do assento em relação ao piso:** 38 cm.

2.7 - Se analisarmos ainda a Norma ABNT 5533 ela traz o seguinte:

Largura útil da poltrona (assento):

- **Mínima:** 430 mm
- **Recomendada:** 470 mm

Distância entre eixos de duas poltronas adjacentes (passo longitudinal):

- **Mínima:** 800 mm
- **Recomendada:** 860 mm

Altura do assento ao piso:

- **Mínima:** 400 mm
- **Recomendada:** 450 mm

Altura total do encosto:

- **Mínima:** 850 mm
- **Recomendada:** 900 mm

2.8– Diante o exposto a norma não fixa um único valor obrigatório universal. A largura total resulta da largura do assento + braços laterais + tolerâncias construtivas, mas **em geral a largura útil varia entre 430 mm e 470 mm**, e o espaço longitudinal mínimo entre poltronas (o “passo”) deve ser **no mínimo 800 mm**.

Tal referência demonstra que a **largura mínima de 1.060 mm** exigida no edital de licitação elide diretamente na igualdade dos licitantes.

IV – DO DEVIDO PEDIDO DE DIREITO

4.1 – Diante dos fatos e fundamentos jurídicos amplamente demonstrados, e estando evidenciado que o **Edital de Licitação** em questão contém **vícios materiais** que comprometem os princípios da **vantajosidade, segurança jurídica, economicidade e isonomia**, a **IMPUGNANTE**, com fulcro na **legislação vigente**, em especial na **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas demais normas aplicáveis à espécie, vem, respeitosamente, requerer a Vossa Senhoria:

a) O **deferimento integral da presente Impugnação Administrativa**, com a consequente **suspensão imediata do certame**, até que sejam promovidas as devidas correções e adequações técnicas necessárias ao pleno atendimento da legalidade e da ampla competitividade;

b) A **análise minuciosa dos apontamentos técnicos apresentados**, com a devida **correção do Edital**, em especial quanto à **de poltronas rodoviárias reclináveis com largura mínima de 1.060mm** para ser alterada para **POLTRONAS RODOVIÁRIAS RECLINÁVEIS COM LARGURA MÍNIMA DE 960MM**, primando assim pela competitividade e igualdade dos licitantes.

4.2 – A **IMPUGNANTE**, na qualidade de **fabricante nacional de veículos**, busca participar dos certames públicos com observância aos princípios da **legalidade, igualdade, economicidade e competitividade**, oferecendo ao Estado produtos que atendam aos mais elevados padrões técnicos e normativos.

Nestes termos, requer o **DEFERIMENTO** da presente Impugnação.

CAXIAS DO SUL - RS., 27 de junho de 2025.

MARCOPOLO S.A

Sidnei Vargas da Silva

Gerente Comercial

RG 6038061328

CPF 377.402.700-59